



DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Lisandra Hernández Montardy ¹
Neide Barrocá Faccio ²

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo realizar um diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico no município de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, Brasil. Nela observa-se o estado da arte das ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial desenvolvidas no município citado, ressaltando o trabalho desenvolvido nele pelo Laboratório de Arqueologia Guarani da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus Presidente Prudente.

Palavras-chave: patrimônio arqueológico; diagnóstico sociocultural; Laboratório de Arqueologia Guarani

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo realizar un diagnóstico sociocultural del patrimonio arqueológico en el municipio de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, Brasil. En el mismo se presenta el estado del arte de las acciones de protección, conservación, divulgación y educación patrimonial desarrolladas en el citado municipio, ressaltando el trabajo desarrollado en él, por el Laboratorio de Arqueología Guarani de la Universidad Estadual Paulista, Facultad de Ciencias y Tecnología, Campus Presidente Prudente.

Palabras clave: patrimonio arqueológico; diagnóstico sociocultural; Laboratorio de Arqueología Guarani

INTRODUÇÃO/ REFERENCIAL TEÓRICO

Os sítios arqueológicos, como parte do patrimônio cultural, compreendem todos os vestígios materiais dos grupos culturais do passado, os locais onde foram praticadas as atividades humanas e as estruturas e vestígios abandonados – na superfície, enterrados ou sob as águas – assim como os materiais relacionados com eles (VIENNI, 2010).

¹ Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho", Câmpus de Presidente Prudente - FCT/UNESP, lisilhm@gmail.com;

² Doutora pelo Curso de Arqueologia da Universidade de São Paulo - USP, nfaccio@terra.com.br;



Esses vestígios são bens de interesse público, geralmente restos físicos frágeis, dado o longo tempo que permaneceram expostos às inclemências da natureza, representando fragmentos não renováveis da atividade humana de tempos remotos, sendo, em muitos casos, peças únicas que expõem a diversidade cultural daquele momento (MOLINARI, 1999).

Os sítios arqueológicos constituem lugares com evidência de atividade social com presença de elementos e contextos de caráter arqueológico-histórico que encerram bens de natureza móvel, imóvel e imaterial. Comumente, dentro dos bens móveis é possível apreciar objetos e ferramentas de cerâmicas, pedra e ossos; enquanto os bens imóveis apresentam templos, cemitérios e sistemas hidráulicos.

Dentro do patrimônio arqueológico imaterial encontram-se as manifestações espirituais concebidas no seio da intelectualidade – crença, religião, filosofia de uma sociedade – recriadas a partir das descobertas arqueológicas, que indicam o processo de criação da peça, o fragmento e suas expressões intangíveis de cultura como sua intenção, importância e papel desempenhado (ALVA, 2012).

O patrimônio arqueológico carrega a materialidade do passado junto a diversos significados que possibilitam conhecer o acontecido anteriormente e a formação de novas identidades sobre a base de suas descobertas, sendo capaz de gerar uma identificação com os costumes do passado, desde que expliquem procederes e condutas presentes nas sociedades atuais, ou sejam assumidas como práticas relevantes do passado com representativos significados culturais (BARREIRO, 2006).

O patrimônio arqueológico, no contexto das práticas socioculturais desenvolvidas pelas sociedades atuais, é condicionado pela interpretação e valoração da sociedade onde se encontra. Quem o estuda parte das circunstâncias sócio-políticas existentes (CRIADO, 2001).

A Arqueologia deve promover o patrimônio como um projeto social, mas, para isso, precisa da implicação dos atores sociais nos processos de conservação e gestão patrimoniais, com vistas a uma educação e projeção de seus usos, que contribua para o desenvolvimento da sociedade (ZAFRA DE LA TORRE, 1996).



Não é possível conceber uma Arqueologia destinada a informes engavetados que não geram uma apropriação da sociedade dos conhecimentos por ela produzidos, pois o arqueólogo interpreta e resinifica vestígios da atividade humana, unindo a realidade passada com a presente, apontando elementos de identidade social que definem a singularidade histórica e cultural dos povos (MOLINARI, 1999).

É necessário, então, integrar e reconhecer a diversidade cultural local a partir de uma visão unitária, na qual o patrimônio natural representa a atividade cultural humana, sendo o que lhe dá sentido. O patrimônio constitui parte fundamental do planejamento, superando a visão mercantilista do território, na medida em que valoriza o habitat humano, as formas de produção, respeitando os valores ecológicos associados ao uso da terra (OSE, 2008).

A criação de um sistema de ações que permitam evidenciar a importância do patrimônio arqueológico à população e autoridades, conscientizando-as dos valores neles implícitos, torna-se premissa para a sua sustentabilidade, mas requer trabalho conjunto de universidades, autoridades e organizações políticas e sociais do território para ser efetivo.

Trata-se de um rompimento do ideal de conservação passiva impondo o ideal de gerar um processo viabilizador da identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, revitalização e gestão do patrimônio em todos seus aspectos, com a implicação de todos os atores da sociedade.

O patrimônio apresenta-se como capital crítico para a participação ativa dos atores sociais nos processos de territorialização e reconstrução das análises conceituais e enfoque estratégico sobre a sustentabilidade territorial, facilitando o conhecimento e a gestão das riquezas patrimoniais e identitárias locais, como base de estruturas que satisfaçam necessidades materiais e espirituais da sociedade de forma racional e perdurável (ALVA, 2012; RODRÍGUEZ, 2015).

A gestão do patrimônio arqueológico, como prática sociocultural, igualmente a outras esferas da gestão patrimonial, pode ser aperfeiçoada mediante estratégias que gerem um programa de ações capazes de modificar o estado do objeto, de acordo com uma situação desejada. A estratégia sociocultural pretende gerar o acesso público aos conhecimentos patrimoniais existentes no âmbito acadêmico com sua socialização, não



só em comunidades atingidas diretamente pelos pesquisadores, mas em todo o território portador desses valores patrimoniais. Isso propicia a gestão patrimonial a conversão do patrimônio – objeto da estratégia – em recurso vital, acessível e significativo para a sociedade (ROGOFF, 2003; VIENNI, 2010).

Nesse contexto, o diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico municipal permite expor as boas práticas e as dificuldades do processo de trabalho com o patrimônio arqueológico, exponho as principais potencialidades e limitações, a fim de permitir visualizar concretamente as linhas de trabalho a aprimorar, para um melhor desenvolvimento da gestão dos sítios arqueológicos em questão.

Baseada na problemática da carência de planejamento estratégico na conservação, valorização e divulgação do patrimônio arqueológico no município de Presidente Prudente, a presente pesquisa tem como objetivo geral elaborar um diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico nesse município.

O diagnóstico sociocultural, teve por objetivos específicos descrever o estado da arte, das ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial em torno dos sítios arqueológicos desenvolvidas no município e identificar potencialidades e fragilidades nas atuais políticas da gestão patrimonial constituindo um avanço na criação e implementação de uma estratégia sociocultural naquela área.

Evidenciando-se nele o papel do Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia (CEMAARQ) da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP) como responsável pelo resgate e registro dos seis sítios arqueológicos conhecidos até o momento no município e a labor do Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudo da Paisagem (LAG) da FCT/UNESP entorno da conservação, valorização e divulgação do patrimônio arqueológico do Oeste Paulista no município.

METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa apresenta uma abordagem mista e possui caráter descritivo, empregando como principais técnicas de coleta de informação a análise de documentos, a observação e a entrevista junto a informantes-chave. Tal abordagem



permite criar uma descrição da gestão arqueológica do município citado, evidenciando os valores culturais presentes nos referidos sítios e os principais fatores que condicionam os processos de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial no seu entorno.

Como pesquisa empírica, foi empregada a pesquisa documental, a fim de analisar documentos históricos e institucionais referentes às temáticas abordadas, assim como relatórios e tabelas de pesquisas anteriores que exponham dados processados (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

Desta forma, a pesquisa estuda as percepções e representações estabelecidas sobre o objeto de estudo – valores culturais e naturais dos sítios arqueológicos – a partir do registro da informação cultural e de uma perspectiva descritiva. Isso permite a apropriação do conhecimento cultural nativo dos informantes da pesquisa, envolvendo a interpretação dos significados e funções das ações humanas, expressas por meio de descrições e explicações, para a compreensão do modo de vida e repercussão social da cultura indígena no município de Presidente Prudente.

Uma vez vivenciadas e observadas, em primeira pessoa, as condições cotidianas do desenvolvimento do trabalho com o patrimônio arqueológico no município objeto de estudo, mediante diversos trabalhos de campo, programaram-se as entrevistas com informantes-chave, para aprofundar a obtenção de dados.

A seleção da mostra realizou-se mediante uma amostragem não probabilística simples, na qual o pesquisador realiza uma seleção deliberada e intencional de informantes que, por sua experiência de vida próxima ao objeto de estudo, podem ser considerados especialistas no tema ou primeiras fontes de informações sobre questões específicas que implicam a pesquisa (RODRÍGUEZ, 1996).

Por especialistas, entendemos aqueles agentes do poder público (funcionários públicos ou não), que têm a gestão do patrimônio cultural/arqueológico como responsabilidade, bem como os gestores educacionais do município. Assim, a perspectiva dos especialistas arqueólogos será explicitada pelas referências bibliográficas de sua autoria, bem como o levantamento e a descrição dos programas universitários de extroversão do conhecimento acadêmico.



Durante a pesquisa realizaram-se múltiplos trabalhos de campo que compreenderam: a apresentação da pesquisadora às autoridades locais, funcionários e promotores culturais municipais e participação em exposições itinerantes, oficinas de cerâmica Guarani, oficinas de pintura Guarani em cerâmica, oficinas de lascamento em pedra, oficinas de arte rupestre, palestras sobre a presença indígena no Oeste Paulista e de cursos sobre o índio brasileiro.

A participação nessas atividades contextualizou a pesquisadora para realizar na prática a promoção e educação patrimonial do patrimônio arqueológico, realizando também visitas aos sítios arqueológicos, nas quais constatou, em primeira pessoa, seu estado de conservação e as dificuldades e potencialidades para seu acesso e estudo, assim como a aplicação das políticas públicas e legislações patrimoniais no cotidiano.

O diagnóstico realizado, conforme Estrada (2009), consiste numa descrição da percepção do objeto de estudo – patrimônio arqueológico – nos últimos tempos, o que permite identificar as necessidades e prioridades, as linhas de ação e definir de forma esquemática e sistematizada o modelo de trabalho que deve ser empregado.

Em geral, a análise deve conter as questões básicas do contexto local e sociocultural; do tecido econômico, da demografia e do mercado de trabalho; das infraestruturas e serviços e da capacidade de desenvolvimento e nível de organização institucional do território, pelo qual, nesta pesquisa, são analisados os programas e planos existentes em torno do patrimônio arqueológico no território.

Nesse contexto, é possível encaminhar os dados obtidos para a realização de uma Matriz de potencialidades, limitações e problemas, na qual são expostos os resultados em forma de enunciados ou afirmações breves que mostram os fatores estratégicos a serem empregados para impulsionar ou apoiar as trocas, além de expor as vantagens que podem elevar a efetividade das iniciativas de melhora (SILVA, 2003).

Gerou-se, então, o diagnóstico de potencialidades, limitações e problemas, agrupados por áreas temáticas, incluindo sugestões para o aprimoramento das ações no município, com o objetivo de contribuir, expor e aprimorar o estado do trabalho sobre o patrimônio arqueológico (**Tabela 1**).



Tabela 1: Resumo da Matriz de potencialidades, limitações, problemas e sugestões, gerada no diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico no município de Presidente Prudente.

Área temática	Potencialidades	Limitações	Problemas	Sugestões
Promoção e Divulgação	3	4	3	4
Educação Patrimonial	6	8	6	7
Vinculação ao desenvolvimento territorial	1	1	1	1
Proteção e conservação	2	2	2	2

Fonte: Montardy, 2019

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização do município de Presidente Prudente

O município de Presidente Prudente ocupa uma área de 560.637 km², sua divisão territorial é distribuída em cinco distritos: Sede, Ameliópolis, Eneida, Floresta do Sul e Montalvão, subdivididos em cerca de 220 bairros, com uma população estimada de 230.371 pessoas no ano de 2020 (IBGE, 2020).

Limita-se ao norte com os municípios de Flora Rica, Florida Paulista e Martinópolis; ao sul com Pirapozinho e Regente Feijó; a leste com Caiabu e a oeste com Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Santo Expedito (IBGE, 2020).

Dada a privilegiada localização geográfica de Presidente Prudente, o município caracteriza-se como ponto de passagem para aqueles que irão para o Paraná e Mato Grosso, e ponto de chegada para quem se dirige para o Oeste Paulista, conferindo-lhe o título de fornecedor e receptor de mercadorias, produtos e serviços (MACEDO, 2006).

A História da formação desse município remonta à ocupação por tribos indígenas do tronco linguístico Tupi-Guarani como as Guarani e Kaingang, iniciando-se, com a chegada dos conquistadores, uma contínua luta entre indígenas e, que resultou na expulsão das tribos indígenas de suas terras (FACCIO, 2010).

Presidente Prudente conta com uma importante tradição cultural e espaços como: o Parque do Povo, a Cidade da Criança, o Sesc Thermas, o Centro Cultural Matarazzo, o Museu Municipal e Arquivo Histórico “Prefeito Antônio Sandoval Netto” e o Rancho Quarto de Milha (MACEDO, 2006).



No campo educacional, o município conta com mais de 124 escolas públicas e privadas, que incluem duas universidades – UNESP e UNOESTE; uma faculdade – FATEC-; um Centro Universitário "Antônio Eufrásio de Toledo" e sete faculdades de Ensino a Distância, que o consolidam como um forte polo educacional da região (IBGE, 2020).

Caracterização dos sítios arqueológicos do município de Presidente Prudente: Pesquisas do Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia (CEMAARQ)

O CEMAARQ, como centro de pesquisa e museu, conta com um acervo de 100.000 peças, composto de cestarias, arte plumária, cerâmicas, armas, enfeites, instrumentos musicais, colares, pedra lascada e polida, fósseis de Saurios e Quelônios da era Mesozoica, entre outras peças, contando com uma exposição permanente dividida em três áreas: Etnologia, Arqueologia e Paleontologia (ROCHA, BIGONI, KUNZLI, 2009).

Esse acervo contém tanto peças indígenas contemporâneas como peças pré-históricas. As peças foram obtidas por doações, aquisições e pesquisas de campo feitas no Estado de São Paulo, nos projetos “Décima Região Administrativa” e “Salvamento Arqueológico de Porto Primavera”, nos quais se fez o cadastro de mais de 134 sítios arqueológicos, dos quais 16 foram escavados pela equipe do CEMAARQ.

A equipe do CEMAARQ, estuda o patrimônio arqueológico do município de Presidente Prudente, sendo responsável pelo resgate e registro dos seis sítios arqueológicos conhecidos até o momento no município: Balotari, Cagnin, Cotini, Ferreira, Mandaguari e Fazenda Pagador.

Esses sítios arqueológicos, todos do grupo indígena Guarani, estão localizados próximos a APPs, em meia encosta, com um córrego ou ribeirão na base, mas ainda não possuem datação, nem foi concluída a curadoria e análise das peças resgatadas.

Nesse contexto, as pesquisas efetuadas no município, no ano 1986, pelo Prof. Livre Docente José Luiz de Moraes, indicam que os sítios Cotini e Fazenda Pagador, apresentam material cerâmico fragmentado na superfície, disperso em uma extensa área coberta por pastagens.



O Sítio Balotari, foi diagnosticado, no ano 1985, sob a coordenação da Profa. Dra. Ruth Kunzli. Nele foram encontrados materiais líticos lascados e materiais cerâmicos fragmentados, com e sem presença de pintura (CABRERA, 2017).

O Sítio Mandaguari, foi diagnosticado, no ano 1989, a partir de informações dadas pelo proprietário da área. Nos trabalhos de campo nesse sítio, foram evidenciados materiais cerâmicos entre os quais se destacam duas urnas funerárias em bom estado de conservação, uma delas contendo em seu interior uma pequena vasilha cerâmica e ossos, além de lítico polido e lascado e um colar de ossos (CABRERA, 2018).

Nos trabalhos de campo desenvolvidos no ano 1990, na área do Sítio Ferreira, foram encontrados materiais cerâmico, líticos polidos e lascados em superfície, assim como duas urnas da Tradição Tupi-guarani, uma inteira e a outra fragmentada, com restos de ossos no interior.

O Sítio Cagnin, pesquisado no ano 1996 por uma equipe coordenada pela Profa. Dra. Ruth Kunzli, localiza-se numa área de pastagem e monocultura de milho, mandioca e abacaxi. O dono do terreno – Leonice B. Perozzi – explicou que, durante a preparação da terra para o plantio, era comum encontrar material cerâmico fragmentado, assim como peças polidas. Nesse sítio foram resgatados materiais cerâmicos na superfície e entre 20 e 40 cm de profundidade, com decorações pintadas com presença de engodo vermelho e sem decoração.

As peças coletadas durante as referidas pesquisas no Município de Presidente Prudente encontram-se na reserva técnica do CEMAARQ, incluindo-se a informação existente sobre elas no trabalho educativo realizado por esse Centro.

O Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudo da Paisagem (LAG) e o Museu de Arqueologia Regional (MAR)

O LAG centra seu trabalho no registro, estudo, conservação e divulgação das culturas indígenas do Estado de São Paulo, promovendo-os mediante os projetos “Museu/Universidade: A Extroversão do Conhecimento”, “A Pré-História Contada Por Meio dos Objetos” e “Memória étnica em comunidade indígena: cultura, identidade e história”, os quais recebem o apoio da Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX)



e do Núcleo de Ensino da UNESP, além do apoio de diversas Prefeituras³, para a realização de ações de impacto em nível do patrimônio arqueológico regional, priorizando ações como exposições, ministração de oficinas, palestras, capacitações para professores, produção de textos e de materiais didáticos para o ensino da presença indígena no Oeste Paulista.

Ao longo de sua história, o LAG desempenha um papel chave no desenvolvimento de programas de educação patrimonial na região do Oeste Paulista e estudo de sítios arqueológicos pré-históricos. Ele registra, em suas conquistas, a criação, em 2006, do Museu de Arqueologia Regional (MAR). O MAR conta com a experiência e profissionalismo de sua equipe, liderada pela Professora Livre-Docente Neide Barrocá Faccio.

O MAR tem por objetivo levar à comunidade os conhecimentos produzidos na UNESP sobre a presença indígena no Estado de São Paulo, sempre à disposição para receber a população e pesquisadores interessados nas temáticas de Arqueologia, Antropologia e Educação Patrimonial, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de cidadãos conscientes do valor do patrimônio arqueológico e da importância de sua conservação.

As instalações do MAR foram remodeladas em 2018, a fim de ampliar sua sala de exposições e contar com uma área dedicada à realização de oficinas e atividades de educação patrimoniais que permitam elevar a qualidade do serviço oferecido ao público, bem como atender deficientes sociais e cadeirantes.

O MAR expõe, permanentemente, materiais arqueológicos de diversos municípios do Estado de São Paulo, onde foram encontrados sítios indígenas das culturas Guarani, Kaingang e Kayapó, além de contar com exposições transitórias e oferecer oficinas gratuitas, com o fim de motivar o interesse e a curiosidade da população pela cultura indígena da região.

O LAG e o MAR, acreditando na premissa de que um povo que conhece seu patrimônio e com ele se identifica, passa a respeitá-lo e a valorizá-lo, e se encontra comprometido para defender a educação patrimonial no ambiente escolar como um importante instrumento na salvaguarda do patrimônio (FACCIO, 2011).

³ As Prefeituras que apoiam o projeto são: Iepê, Narandiba, Junqueirópolis, Indiana e Tupã.



Nesse sentido, as ações do LAG/MAR apresentam conhecimentos ao público, que contribuem para a sensibilização das pessoas, sobre a importância da memória histórica dos povos indígenas, pilares da formação da sociedade brasileira e fomentam a popularização desses conhecimentos como parte do fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania da população da região.

O LAG e o MAR desempenham um árduo trabalho na divulgação dos resultados de suas pesquisas tanto no âmbito acadêmico e comunitário, como na rede de ensino estadual, desenvolvendo diversas ações como:

- Realização de palestras sobre “O período pré-histórico do Oeste Paulista”, com apresentação de multimídia e vídeo;
- Realização de exposições itinerantes de peças arqueológicas e réplicas, em escolas, comunidades e lugares de interesse cultural;
- Realização de atividades na Reserva Indígena Vanuíre;
- Ministração de oficinas de produção de cerâmica Guarani;
- Ministração de oficinas de pintura Guarani em cerâmica;
- Ministração de oficinas de arte rupestre;
- Ministração de oficinas de lascamento em pedra;
- Capacitação dos professores da rede pública de ensino, sobre a presença indígena no Oeste Paulista;
- Elaboração e distribuição de textos e diversos materiais didáticos sobre a pré-história do Oeste Paulista para uso acadêmico no Ensino Médio e Fundamental;
- Elaboração de painéis e folhetos que complementam as exposições itinerantes;
- Visitas guiadas de turmas estudantis a sítios arqueológicos da região;
- Realização de perícias em sítios arqueológicos a pedido da comunidade;
- Realização de perícias na modalidade de arqueologia de contrato, com sua consequente inscrição dos sítios descobertos no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), resgate desses sítios e execução de programas de educação patrimoniais na área;
- Montagem de exposições, treinamento de monitoria e monitoramento de visitas no Museu de Arqueologia de Iepê (MAI) e MAR.



Ao lado disso, são executadas, continuamente, diversas iniciativas como workshops e publicações, tendo um forte programa de atividades na Semana do Meio Ambiente, Semana do Índio, Semana Nacional de Museus, Semana do Folclore e a Semana de Primavera em Museus.

Entre suas principais publicações, encontram-se os textos “Os primeiros que chegaram”, “Paisagens culturais do Estado de São Paulo” e “Cultura, Arqueologia e Etno-história”, publicados em parceria com a Editorial Canal 6, assim como diversos materiais de educação patrimonial para o ensino da cultura indígena do Oeste Paulista na rede pública de escolas, representando uma importante contribuição a divulgação, da Coleção “Um pouco da nossa história”.

Esses materiais partem da premissa de que a inserção desse conteúdo na sala de aula representa um estímulo para que os alunos valorizem e protejam, de maneira mais consciente, o patrimônio arqueológico de seu território. Além disso, constituem um recurso à disposição dos professores que, em diversas ocasiões, carecem de textos para a preparação das aulas dessa temática (FACCIO, 2011).

Cabe ressaltar que os integrantes da equipe do LAG e o MAR realizam em seus trabalhos de campo coletas e resgate dos vestígios arqueológicos, a curadoria, catalogação e restauração das peças encontradas, além da divulgação dos resultados das pesquisas em diversos meios.

Cada peça coletada em campo é limpa, lavada ou escovada, dependendo do seu grau de conservação, e logo registrada, escrevendo-se visivelmente um código composto de três letras e cinco números, que representam ordenadamente: o nome do sítio de onde foi retirada a peça; o número sequencial de seu registro; a quadra de onde foi retirada; a quadrícula de onde foi retirada e o nível em que se encontrava (FACCIO, 2011).

O restauro das peças é feito começando pela base até unir todas as peças com argila e cola branca. O processo de restauro requer uma grande paciência e cuidado, uma vez que as peças devem ser montadas por etapas, para que o material seque e seja possível completar o corpo do objeto.



Também é realizada, em muitos casos, a reconstituição gráfica da forma de objetos, a partir do desenho de bordas que tenham boca com mais de 10cm de diâmetro, com ajuda de softwares especializados e, de igual maneira, é feita a reconstituição dos motivos gráficos das pinturas da cerâmica indígena. Nesse último caso, partindo dos motivos reconstituídos, não é completada a pintura de nenhuma peça, para não interferir no registro arqueológico; os desenhos reconstituídos são empregados apenas nas análises das peças.

São feitas, também, diversas reproduções de peças arqueológicas com a dupla função de testar o procedimento e as ferramentas empregadas para sua confecção e, posteriormente, servir como peças que podem ser manuseadas pelo público.

Diante do exposto, evidenciamos o papel do LAG e do MAR na preservação e difusão do patrimônio arqueológico do Oeste Paulista, como herança cultural do povo brasileiro no Estado de São Paulo.

Ações de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial vinculadas aos sítios arqueológicos do município de Presidente Prudente

O patrimônio arqueológico no município de Presidente Prudente deve ser analisado em duas áreas: uma a partir das pesquisas desenvolvidas pela FCT/UNESP, no âmbito acadêmico e educacional e outra a partir das ações desenvolvidas pelas autoridades locais.

Referindo-nos ao trabalho da FCT/UNESP, argumentamos que o LAG, desenvolve diversas pesquisas na região do Oeste Paulista, com meritórios resultados, como a criação no ano de 2000 do MAI, no município de Iepê e, em 2006, a criação do MAR, no município de Presidente Prudente, além do desenvolvimento de trabalhos de arqueologia de contrato em múltiplos municípios da região.

Além do exitoso desenvolvimento dos projetos “Museu/Universidade: a extroversão do Conhecimento”, “A Pré-História contada por meio dos objetos” e “Memória étnica em comunidade indígena: cultura, identidade e história”, com diversos programas de educação patrimonial em escolas estaduais de municípios como Iepê, Junqueirópolis, Indiana, Narandiba, Presidente Prudente, Paulicéia, Tupã entre outros,



nos quais são capacitados os professores, ministradas diversas oficinas e criados materiais didáticos e textos sobre a presença indígena no Estado de São Paulo.

Na teia desses projetos, criou-se o texto “O Brasil dos Índios” para o ensino do patrimônio cultural indígena do Estado de São Paulo, na rede de escolas públicas e as disciplinas “Patrimônio Cultural” e “Patrimônio e Paisagem”, ministradas nos Cursos de Geografia, Arquitetura, Engenharia Ambiental e no Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP (FACCIO, 2000).

Essas disciplinas constituem uma forma de divulgar o patrimônio arqueológico do Oeste Paulista, mas também de conseguir um público de futuros educadores ou gestores públicos sensibilizados com a temática e dispostos a tratarem a questão do patrimônio em suas ações, de forma politicamente correta. Constata-se, dessa forma, o agir do LAG no território.

Os sítios de Presidente Prudente são somente abordados pelo LAG no folder “Os primeiros que chegaram na região de Presidente Prudente, SP, nossa história contada pela arqueologia”, do ano 2016, onde, de forma geral, se expõem fotos de peças resgatadas do Sítio Mandaguari – da pesquisa de pós-doutorado de Jean Ítalo de Araújo Cabrera – nomeando-se as etnias indígenas existentes no município na chegada da estrada de ferro.

Por outra parte, devemos citar o CEMAARQ, cuja equipe promove o patrimônio indígena da região, abordando as culturas das tribos indígenas mediante os projetos “Museu-escola, dialogando com a interdisciplinaridade” e “Circuito Científico Cultural”, nos quais são desenvolvidas atividades de educação patrimonial e visitas ao Museu do CEMAARQ. Esse, porém, não apresentou resultados alentadores na gestão dos seis sítios arqueológicos do município, tendo em vista estarem localizados em propriedades particulares, não sendo possível a entrada naquelas áreas, a partir de um programa de educação patrimonial.

O CEMAARQ, que desenvolve pesquisas dentro do município, na área do patrimônio arqueológico pré-histórico, não conta com a produção de materiais didáticos e folders referentes a suas pesquisas naquele local, inclinando-se para a produção de materiais de pesquisas desenvolvidas em outros municípios.



Nessa tela, a população prudentina não conta com textos – além de relatórios – que abordem tais pesquisas e seus resultados, sendo, por isso, pouco conhecidos esses sítios, tanto no âmbito acadêmico, como nos meios de comunicação.

Ao abordar as ações referentes ao patrimônio arqueológico, desenvolvidas pela Prefeitura Municipal, devemos esclarecer que essa e particularmente sua Secretaria de Meio Ambiente mantêm comunicação com o LAG, colaborando com o desenvolvimento de ações de impacto dentro do Oeste Paulista, como a exposição “Educação Ambiental e Patrimonial: paisagens do passado”, realizada no Instituto Brasileiro do Café (IBC) de Presidente Prudente, a fim de expor o cotidiano dos grupos caçadores-coletores e ceramistas que habitavam a região do Oeste Paulista e promover os textos da Coleção “Os Primeiros que Chegaram”, que aborda a presença indígena no Estado de São Paulo.

Entretanto, é preciso assinalar, que a Secretaria Municipal de Cultura não conhece os sítios arqueológicos existentes no município, não existindo ações em comum com a UNESP sobre o tratamento dos mesmos. Dessa forma, seria interessante um adequado trabalho de promoção do CEMAARQ, referente à existência desses sítios arqueológicos e uma comunicação com a Prefeitura Municipal (MONTARDY, 2019).

Considera-se um limitante da Secretaria Municipal de Cultura, que a abordagem dos cursos e palestras proferidas no Museu Municipal e Arquivo Histórico sobre a história municipal, não conte com materiais e folders específicos da presença indígena no Oeste Paulista e no município de Presidente Prudente, perdendo-se, assim, a possibilidade de divulgar nessa Instituição o legado indígena do território.

Tais materiais poderiam explicar, em alguma medida, o estado de ocupação do espaço geográfico e as práticas socioculturais mais relevantes que, supostamente, teriam acontecido antes da chegada dos bandeirantes paulistas, que iniciaram o processo de criação da hoje cidade de Presidente Prudente.

Nesse contexto, o Secretário Municipal de Cultura e a Diretora do Museu Histórico, puseram-se à disposição para incrementar as ações referentes ao patrimônio arqueológico dentro do município, estreitando laços com a UNESP e, particularmente, com o LAG, a fim de desenvolver ações de educação patrimonial voltadas a esse patrimônio nas instituições culturais do município (MONTARDY, 2019).



O trabalho de aproximação e parceria entre o LAG e a Secretaria Municipal de Cultura começou pela doação da coleção de livros “Os Primeiros que Chegaram”, à Biblioteca Municipal e ao Museu Municipal e Arquivo Histórico, durante o transcurso desta pesquisa, assegurando, assim, a inclusão de parte dos conhecimentos, gerados na UNESP, nas informações fornecidas ao público nessas instalações culturais.

O município conta, ainda, com a existência de um acordo entre o Ministério do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e a UNESP que, em seu Projeto Restauração Ecológica, promove investigações para a conservação e recuperação das áreas de preservação permanente (APPs) e sítios arqueológicos de culturas indígenas no Estado de São Paulo, dada a coincidência da localização geográfica de ambos os elementos na parte superior da bacia hidrográfica do Rio Santo Anastácio.

O acordo apresenta as APPs como áreas de vital importância para a sustentabilidade das atividades humanas e do ecossistema, considerando que muitas envolvem valores ecológicos e culturais, vinculando-se com a educação patrimonial e coincidindo com a visão da Arqueologia, como uma construção ativa da memória arqueológica dos povos, com implicações no presente que, de forma dialética, expõe as culturas do passado e permite a transformação de identidades (CRIADO, 2001).

Propicia, portanto, a aparição de um trabalho nas APPs e nos sítios arqueológicos, em que a proteção e conservação do patrimônio combine de forma integral os valores naturais e culturais por igual, superando a perspectiva da conservação passiva do patrimônio (OSE, 2008).

Diante do exposto, consideramos que, no caso do município de Presidente Prudente, não existe razão para supor que a população esteja sensibilizada com o patrimônio arqueológico de seu município, pois, a maioria dela desconhece a existência dos seis sítios arqueológicos ali presentes.

Da mesma forma, ainda que os funcionários da Prefeitura reconheçam a importância do patrimônio arqueológico, não existe, no papel ou na prática, o projeto de implementar estratégias ou ações para a proteção, conservação, divulgação e gestão dos seus sítios arqueológicos, nem a ótica de inserir o conhecimento patrimonial no desenvolvimento sustentável do território e em suas políticas públicas, dada a falta de informação das descobertas arqueológicas feitas no município (MONTARDY, 2019).



Nesse contexto, na etapa final do processo de curadoria das peças resgatadas, verifica-se que as ações desenvolvidas no município recaem sobre a Universidade, como entidade que promove as práticas socioculturais das populações pretéritas do Oeste Paulista, enfatizando nas principais descobertas arqueológicas da região, sendo, no entanto, pouco abordados os conteúdos dos seis sítios arqueológicos do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização do diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico do município Presidente Prudente, verificamos que ainda não possui uma estratégia sociocultural que possibilite a transmissão do conhecimento do patrimônio arqueológico a todos os atores sociais do território e que garanta a sistematicidade e continuidade deste trabalho, estabelecendo as linhas de ação a serem desenvolvidas e as parcerias necessárias para sua efetiva execução, embora apresente uma série de ações dedicadas a este propósito, cumprindo o estabelecido na legislação brasileira sobre o assunto.

Nesse contexto, podemos supor que a visualização das boas práticas e debilidades do trabalho, vinculadas ao patrimônio arqueológico até o momento nele desenvolvido, contribuirão para seu futuro aprimoramento. Observa-se que no município se cumprem a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 e a Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015 do IPHAN referentes ao patrimônio arqueológico.

Nas visitas aos sítios arqueológicos, verifica-se que o patrimônio arqueológico, propriedade da Union, encontra-se em propriedades privadas, dependendo os pesquisadores da boa vontade dos donos das terras para permitir-lhes o acesso a eles.

Ao abordar concretamente as ações desenvolvidas no município, surge o questionamento: existe gestão do patrimônio arqueológico no município em tela? Para esta pergunta a resposta é que, ainda que existam ações acerca do patrimônio arqueológico no município, a partir de diversas parcerias, não existe um planejamento estratégico que oriente essas ações, no sentido de solucionar as problemáticas no que se refere ao patrimônio arqueológico.



A carência de um estado da arte e de um trabalho progressivo/contínuo temporalmente em relação ao patrimônio arqueológico, além da falta de um documento condutor/direcionador, apresentando os objetivos e linhas de trabalho que garantam a gestão do patrimônio arqueológico, nos leva a considerar que não existe uma gestão do patrimônio arqueológico no município de Presidente Prudente.

Nesse diagnóstico, constatamos que é preciso empreender ações/estratégias com base a dar visibilidade ao patrimônio arqueológico, a partir das autoridades e da população, a fim de contribuir para sua adequada valorização, sendo essencial a divulgação dos novos conhecimentos gerados sobre tal patrimônio e a preservação da informação documental e bibliográfica já existente sobre ele.

A principal deficiência detectada nesse diagnóstico é a segmentação dos programas de ações a instituições concretas, sem considerar a articulação de todos os atores sociais para a geração de uma participação sociocultural na criação de estratégias e planos de ações patrimoniais, observando-se uma divisão de forças na efetivação de ações, que propicia a perda de elementos centrais do contexto sociocultural onde se localiza o patrimônio.

Considerando que a gestão patrimonial é uma oportunidade para gerar, dotar de conteúdo operativo o conhecimento patrimonial e promover o desenvolvimento sustentável, o diagnóstico baseado em expor as potencialidades, limitações e problemas que atingem o patrimônio arqueológico no município de Presidente Prudente, significa um passo-chave para o trabalho de análise patrimonial dos sítios arqueológicos, além de constituir uma base para futuros estudos do tema e a criação de uma estratégia sociocultural sobre esses sítios arqueológicos.

Diante do exposto, propõe-se criar uma estratégia sociocultural para o Município de Presidente Prudente, que, como documento conformado com participação de todos os atores sociais do município, sirva de guia para a continuidade e o aprimoramento da gestão patrimonial nesse território, partindo da seguinte figura (**Figura 1**) onde estão delimitadas as linhas de trabalho a serem desenvolvidas ou aprimoradas, com a finalidade de criar e garantir a manutenção de ações sistemáticas que fortaleçam a identidade local, atingindo diversas gerações e, paralelamente, promovendo os



processos de proteção, conservação, divulgação e educação patrimonial em relação ao patrimônio arqueológico.

Figura 1: Indicativos para o desenho de uma estratégia sociocultural para a gestão do patrimônio arqueológico no município de Presidente Prudente



Fonte: Montardy, 2019

REFERÊNCIAS

ALVA, W. **Sipan 25 Años Del Descubrimiento 10 Años Del Museo**. Lima: Universidad Alas Peruanas, Lima, 2012.

BARREIRO M. D. **La aureola perdida**: propuesta para una Arqueología Aplicada. 2006. Disponível em: < <http://www.ucm.es/info/arqueoweb>> Acesso em: 10 abr. 2017.

CABRERA, J. I. **Relatório de Pós-doutorado**. Ações de curadoria para a análise da Arqueologia Regional do Oeste Paulista, FTC/UNESP, 2017.

_____. **A cerâmica do Sítio Arqueológico Mandaguari, distrito de Floresta do Sul, município de Presidente Prudente/SP**. R. Museu Arq. Etn., 30: 42-54, 2018.

CRIADO B, F. **La memoria y su huella**. Sobre arqueología, patrimonio e identidad. Claves de la Razón Práctica, Madrid, España, 2001.

ESTRADA, V. **Estratégia sociocultural para el rescate de las tradiciones**. Editorial Félix Varela, La Habana, Cuba, 2009.

FACCIO, N.B. **Projeto Museu/Universidade**: a extroversão do conhecimento. FCT/UNESP. Presidente Prudente, SP, 2000.



_____. **Projeto Patrimônio Histórico, Arqueológico e Arquitetônico do Estado de São Paulo**. FCT/UNESP. Presidente Prudente, SP, 2010.

_____. **Arqueologia Guarani na Área do Projeto Paranapanema**: estudo dos sítios de Iepê. (Tese de Livre-Docência em Arqueologia). MAE/USP, São Paulo, SP, 2011.

GERHARDT, T., SILVEIRA, D. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre. RS: Editora UFRGS, 2009

IBGE. **Presidente Prudente**. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/panorama>> Acesso em: 25 junh. 2021.

MACEDO, R. **História de Presidente Prudente**. Museu Municipal e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto, 2006.

MOLINARI, R. **Rumbo a lo conocido**: causas, condiciones y consecuencias en la difusión de sitios arqueológicos. IV Jornadas de Arqueología de la Patagonia, Río Gallegos.1999.

MONTARDY, H. L. **Diagnóstico Sociocultural do Patrimônio Arqueológico nos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, São Paulo, Brasil**. FCT/UNESP Presidente Prudente. Tese de mestrado. 2019.

OSE. **Patrimonio natural, cultural y paisajístico**. Claves para la sostenibilidad territorial. Madrid, España: Artes Gráficas Cuesta, S.A. 2008.

ROCHA, J. L.; BIGONI, L.; KÜNZLI, R. **O papel educacional do CEMAARQ**: desafios e transformações conceituais, valorizando a educação e atraindo mais público. Revista Ciência em Extensão, Vol. 5, Nº.2, 2009, p. 96.

RODRÍGUEZ, G., GIL, J.; GARCÍA, E. **Metodología de la investigación cualitativa**. La Habana, Editora Ciencias Sociales, 1996.

RODRÍGUEZ, J.M. **Teoría y metodología de la geografía**. Félix Varela, La Habana, 2015.

ROGOFF, B. **The cultural nature of human development**. Oxford University Press. Oxford, Inglaterra, 2003.

SILVA, L. **Metodología para la elaboración de estrategias de desarrollo local**. Santiago de Chile: Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, 2003.

VIENNI, B. **Patrimonio arqueológico de Uruguay**: propuesta para el análisis de un concepto. Granada. Editorial de la Universidad de Granada, 2010.

ZAFRA DE LA TORRE, N. **Hacia una metodología para el estudio del patrimonio arqueológico**. Revista Complutum Extra, Vol. 6 – 1, 1996, p. 225-239.